

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: PANORAMA DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS DO IFCE EM FORTALEZA E NA REGIÃO METROPOLITANA

Rosa Domiciano Dias Vasconcelos ¹
Heloisa Beatriz Cordeiro Moreira ²

RESUMO

A educação é um direito social assegurado a todos os brasileiros e previsto na Constituição Federal do Brasil de 1988. Dentre as modalidades previstas no ordenamento educacional brasileiro, a educação profissional merece destaque, especialmente o ensino técnico de nível médio na forma integrada, que proporciona ao estudante, simultaneamente, a formação geral do ensino médio e a habilitação profissional técnica. Em Fortaleza e em sua Região Metropolitana, destaca-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), uma instituição pública federal responsável por ofertar cursos técnicos integrados aos estudantes egressos do ensino fundamental. A adoção de políticas e ações articuladas entre os municípios que compõem a Região Metropolitana revela-se uma medida estratégica para fomentar o desenvolvimento econômico, educacional, social e humano dos cidadãos ali residentes. Diante desse cenário, a presente pesquisa tem como objetivo descrever os cursos técnicos integrados ofertados pelo IFCE na Região Metropolitana de Fortaleza entre os anos de 2020 e 2024, analisando sua importância para os estudantes da localidade. A metodologia adotada envolve a realização de revisão bibliográfica e análise documental, com base em autores da área de gestão pública e educação profissional, bem como ementas curriculares, projetos político-pedagógicos e marcos legais e normativos que sustentam tais programas. A difusão do conhecimento sobre instituições que ofertam educação pública, gratuita e de qualidade constitui um fator essencial para o fortalecimento do desenvolvimento regional, promovendo a inclusão social e contribuindo para a construção de uma sociedade mais equitativa e justa.

Palavras-chave: Formação Integral, Ensino Técnico Integrado, IFCE.

INTRODUÇÃO

A educação constitui um direito social fundamental, destinado a garantir a todos os cidadãos o acesso aos saberes essenciais, bem como à compreensão dos aspectos que estruturam a vida em sociedade. A escola é tradicionalmente compreendida como uma instituição cuja função também consiste na capacitação profissional dos indivíduos, seja mediante cursos técnicos de nível médio, seja por meio da formação superior oferecida pelas universidades. Nesse contexto, o cidadão é qualificado para o exercício de uma profissão que esteja alinhada às suas competências, habilidades técnicas e projeto de vida.

¹ Mestra em Educação Profissional e Tecnológica; Docente da Educação Básica; professorarosadias@gmail.com;

² Professora Orientadora; Doutora em Engenharia Civil; Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - PROFEPT - CE, heloisa.beatriz@ifce.edu.br

Assegurar o acesso equitativo à educação configura-se como uma estratégia fundamental para a promoção de um espaço privilegiado de pluralidade e interdisciplinaridade, no qual diversas ações governamentais e políticas públicas podem ser articuladas e implementadas. Tal compromisso, além de garantir os direitos fundamentais a todos os cidadãos, representa uma diretriz essencial no campo das políticas públicas.

Os Institutos Federais constituem instituições públicas de educação básica, profissional e superior, organizadas de forma descentralizada, com atuação em diferentes regiões do país. Conforme Pacheco (2011), os Institutos Federais são concebidos como espaços institucionais voltados à integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, com vistas à formulação de respostas aos desafios contemporâneos. Tal integração demanda um movimento contínuo e articulado, em sintonia com as transformações sociais que se operam ao longo do tempo. Destacam-se como referência nacional em qualidade de ensino, sobretudo no que se refere à oferta do ensino técnico integrado ao nível médio. A formação integrada promovida por essas instituições tem como finalidade articular a educação geral e a formação profissional, com base em uma concepção que reconhece o estudante em sua integralidade, superando um conhecimento fragmentado. O processo formativo pauta-se na construção interdisciplinar do saber, promovendo a integração de conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e sociais.

No Ceará, tem-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, o IFCE, que possui, atualmente, 35 *campi*³ em todo o Ceará. A presença do IFCE em diversos municípios do Ceará representa estratégias de interiorização da educação pública de qualidade, ampliando o acesso ao ensino profissionalizante, tecnológico e superior.

A Região Metropolitana de Fortaleza é composta por dezenove municípios que mantêm uma integração socioeconômica significativa, desempenhando papel fundamental no desenvolvimento do Estado do Ceará. Essa região funciona como um centro de decisões políticas, econômicas e culturais que influenciam em todo o estado. A implementação de políticas públicas e a coordenação de ações articuladas entre os municípios que compõem a Região Metropolitana de Fortaleza configuram-se como estratégias para o avanço do desenvolvimento do Estado.

O artigo tem como objetivo descrever os cursos técnicos integrados ofertados pelo IFCE nos municípios da região metropolitana de Fortaleza entre os anos de 2020 e 2024, destacando a importância desses cursos para os estudantes dessa região.

³ Dado do ano de 2025. Disponível em: <https://ifce.edu.br/aceso-rapido/campi>. Acesso em 27 Jun. 2025.



METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, caracterizando-se, quanto aos procedimentos metodológicos, como de natureza bibliográfica e documental, com base em referenciais teóricos de autores relacionados com a temática, documentos institucionais e normativas legais pertinentes. Conforme Minayo (2007), a abordagem qualitativa é utilizada em pesquisas nas ciências sociais, por possibilitar a compreensão aprofundada das dimensões subjetivas da realidade ao explorar, de maneira detalhada, o universo de significados construídos pelos sujeitos. De acordo com Lakatos (2017), a pesquisa bibliográfica envolve a consulta a diversas fontes, desde publicações especializadas até registros de comunicação oral, com o propósito de propiciar uma aproximação crítica e fundamentada ao objeto de estudo.

No percurso metodológico foram examinados documentos institucionais, leis e consulta a *sites* e órgãos relacionados à temática. O processo investigativo seguiu, em um primeiro estágio, com a coleta e análise de documentos pertinentes. Em um segundo momento, passou-se à interpretação dos dados reunidos, com o propósito de compreender o contexto analisado.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação configura-se como um direito social essencial assegurado pela lei máxima do país, a Constituição Federal de 1988. A Constituição Federal de 1988 se estabelece como a base normativa máxima do Estado brasileiro e orienta as políticas públicas voltadas à promoção da justiça social e da cidadania. Em seu artigo 6º, encontram-se elencados outros direitos sociais garantidos a todos os cidadãos, entre os quais se destacam além da educação: saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, bem como assistência às populações em situação de vulnerabilidade social (Brasil, 1988).

A educação é essencial na consolidação da cidadania, na execução de uma sociedade mais democrática e com responsabilidade plural. A escola assume papel primordial ao possibilitar a ascensão social e contribuir na redução das desigualdades sociais. Escola e educação desempenham papéis estratégicos no desenvolvimento de uma região e são pilares fundamentais para o desenvolvimento social, econômico e cultura de uma sociedade.



O IFCE, como instituição descentralizada, oferece várias modalidades de ensino, desde cursos de nível médio até a pós-graduação. Os cursos profissionalizantes de nível médio desta instituição apresentam-se de três formas: cursos técnicos integrados⁴, cursos técnicos na forma concomitante⁵ e na forma subsequente⁶. Esses cursos visam a formação omnilateral e politécnica do estudante. Segundo a perspectiva de Ciavatta (2014), os conceitos de educação omnilateral, politécnica e formação integrada configuram-se como diretrizes fundamentais que não apenas possibilitam mudanças estruturais na sociedade, mas também contribuem para a formação de um contexto social em que a dignidade humana seja plenamente assegurada a todos os indivíduos.

A atuação do IFCE na região metropolitana de Fortaleza configura-se como um importante vetor de desenvolvimento regional, ao proporcionar oportunidades educacionais diversificadas e de qualidade para a população local. Sua presença contribui significativamente para a formação técnica, tecnológica e superior de jovens e adultos, promovendo a inclusão social, a qualificação profissional e o fortalecimento da cidadania. Além disso, o IFCE desempenha um papel estratégico na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, favorecendo a inovação e o desenvolvimento sustentável dos municípios atendidos.

A Região Metropolitana é o “agrupamento de municípios limítrofes, caracterizados por complementaridade funcional, de modo a configurar uma metrópole (Ceará, 2018).” Esses municípios possuem forte integração socioeconômica, funcional e urbana em torno de um núcleo principal, geralmente uma capital ou grande cidade. Essa configuração visa facilitar o planejamento e a gestão compartilhada de políticas públicas, serviços e infraestrutura, como transporte, saúde, educação, habitação e saneamento.

No Brasil, as Regiões Metropolitanas são instituídas por leis estaduais conforme previsto na Constituição Federal, e sua criação busca promover o desenvolvimento regional equilibrado, a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população. Conforme o artigo 25 da Constituição Federal

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição. [...]§ 3o Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum (Brasil, 1988).

⁴ Curso Técnico Integrado - Curso técnico em que a formação geral se dá de forma integrada à formação profissional, na mesma instituição de ensino (também o chamamos de Ensino Médio Técnico).

⁵ Curso Técnico Concomitante - Curso técnico em que a formação geral se dá de forma concomitante à formação profissional, em instituições de ensino distintas.

⁶ Curso Técnico Subsequente - Curso técnico destinada a quem já tenha concluído o ensino médio.



Nesse sentido, o artigo 25, §3º, da Constituição Federal de 1988, confere aos Estados a competência para instituir, por meio de lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

A competência para instituir as regiões metropolitanas é estadual, entretanto a Lei Federal nº 13.089/2015, que institui o Estatuto da Metrópole, busca garantir articulação federativa e integração entre os entes municipais.

O estado do Ceará possui três regiões metropolitanas instituídas pela Lei Complementar nº 180, de 2018: a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), a Região Metropolitana do Cariri (RMC) e a Região Metropolitana de Sobral (RMS). Essas unidades territoriais são essenciais ao planejamento integrado, a coordenação das políticas públicas e a governança interfederativa entre os municípios que compõem áreas urbanas interligadas econômica e socialmente.

A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) foi criada pela Lei Complementar Estadual nº 14, de 8 de junho de 1973. Fortaleza, como capital do estado do Ceará, exerce influência direta sobre essas cidades. A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), no estado do Ceará, é composta por 19 municípios, conforme a legislação estadual mais recente. Os municípios são: Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Paracuru, Paraipaba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu e Trairi.

Várias políticas públicas de integração foram implementadas para promover o desenvolvimento equilibrado, sustentável e coordenado na RMF. Essas políticas são conduzidas predominantemente pelo Governo do Estado do Ceará, em articulação com municípios e Governo Federal.

A educação profissional no ensino médio é fundamental para preparar os estudantes para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade. Ela oferece formação técnica aliada aos conhecimentos gerais, ampliando as oportunidades de inserção no mercado e contribuindo para o desenvolvimento de competências práticas, autonomia e senso crítico. Além disso, aproxima a escola das demandas sociais e econômicas, promovendo uma formação mais completa e conectada com a realidade dos jovens.



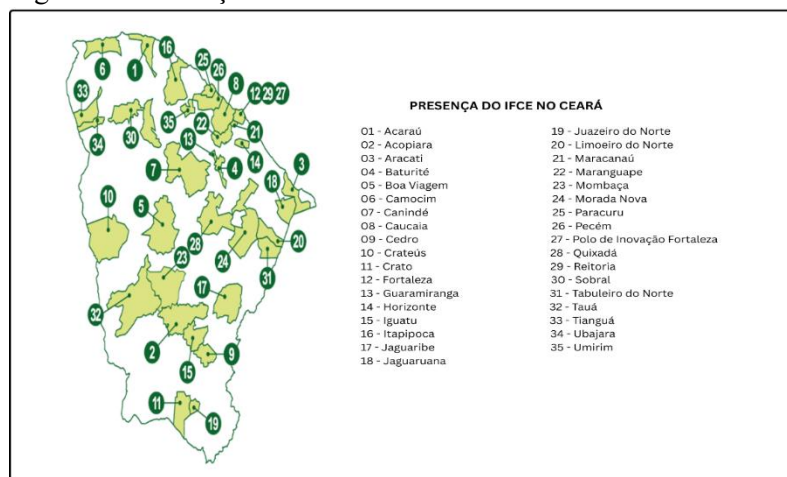
Entre as modalidades de ensino oferecidas pelo IFCE, destacam-se os cursos técnicos integrados ao ensino médio, os quais, em conformidade com a Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, devem corresponder, prioritariamente, a pelo menos 50% das vagas ofertadas por essas instituições na forma integrada (IFCE, 2018). Para a instituição, a educação integrada

[...] prima pelos conceitos de politecnia e de omnilateralidade, visando à formação humana integral para o exercício pleno da cidadania e não apenas à simples preparação para responder às necessidades imediatas do mercado de trabalho, com vista a contribuir para a emancipação do trabalhador consciente de seu potencial transformador de dada realidade social, possibilitando-lhe o domínio das esferas produtivo-culturais da humanidade (IFCE, 2018, p. 63,64).

Os cursos técnicos integrados oferecidos pelo IFCE têm, como finalidade, a formação de indivíduos habilitados para o exercício profissional em nível médio, fundamentada em uma base educacional consolidada e articulada às dimensões da arte, cultura, ciência, tecnologia e trabalho. Essa modalidade de ensino busca promover uma formação integrada e autônoma, capaz de superar a dicotomia tradicional entre a educação voltada para a prática operacional e aquela direcionada ao desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo (IFCE, 2018).

Com atuação em diversos municípios do Estado do Ceará, o IFCE destaca-se pela oferta de educação profissional gratuita e de qualidade, contribuindo significativamente para o desenvolvimento regional. A Figura 1 ilustra a abrangência do IFCE no Estado do Ceará.

Figura 1 – Presença do IFCE no Ceará



Fonte: Adaptado de IFCE, 2025

Para Aguiar e Pacheco (2017), os Institutos Federais, ao serem configurados como mecanismos de execução das políticas públicas em contextos territoriais determinados, atribuem à educação profissional uma função estratégica na consolidação dos arranjos produtivos e culturais locais. Em virtude de sua autonomia administrativa, essas instituições

mantêm uma atuação constantemente vinculada às especificidades socioeconômicas regionais, colaborando para a construção de diretrizes de desenvolvimento territorial alinhadas aos planos e orientações das políticas nacionais.

O IFCE disponibiliza, na RMF, vários cursos técnicos integrados ao ensino médio, com ênfase na oferta de uma formação profissional pública, gratuita e de qualidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As cidades da RMF que possuem *campus* do IFCE são: Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Maranguape, Horizonte e Paracuru. A Tabela 1 abaixo descreve os cursos técnicos integrados ofertados pelo IFCE nos municípios que formam a região metropolitana de Fortaleza no período de 2020 a 2024. Os cursos técnicos integrados são ofertados aos alunos egressos do ensino fundamental e oferecem, além da conclusão do ensino básico, uma habilitação para a profissão no mundo do trabalho.

Tabela 1 – Cursos Técnicos Integrados ofertados na RMF

Ano	Cidade	Cursos Técnicos Integrados Ofertados
2020.1	Caucaia	Eletroeletrônica, Metalurgia, Química.
	Fortaleza	Edificações, Eletrotécnica, Informática, Mecânica, Química e Telecomunicações.
2020.2	Fortaleza	Edificações, Eletrotécnica, Informática, Mecânica, Química e Telecomunicações.
2021.1	Fortaleza	Edificações, Eletrotécnica, Informática, Mecânica, Química e Telecomunicações.
	Maracanaú	Mecânica, Química
2021.2	Fortaleza	Edificações, Eletrotécnica, Informática, Mecânica, Química e Telecomunicações.
2022.1	Caucaia	Eletroeletrônica, Metalurgia, Química.
	Fortaleza	Edificações, Eletrotécnica, Informática, Mecânica, Química e Telecomunicações.
	Maracanaú	Mecânica, Química
	Maranguape	Informática
2022.2	Fortaleza	Edificações, Eletrotécnica, Informática, Mecânica, Química e Telecomunicações.
2023.1	Caucaia	Eletroeletrônica, Metalurgia, Química, Segurança do Trabalho
	Fortaleza	Edificações, Eletrotécnica, Informática, Mecânica, Química e Telecomunicações.
	Maracanaú	Mecânica, Química
	Maranguape	Informática
2023.2	Fortaleza	Edificações, Eletrotécnica, Informática, Mecânica, Química e Telecomunicações.
2024.1	Caucaia	Eletroeletrônica, Metalurgia, Química, Segurança do Trabalho
	Fortaleza	Edificações, Eletrotécnica, Informática, Mecânica, Química e Telecomunicações.
2024.2	Fortaleza	Edificações, Eletrotécnica, Informática, Mecânica, Química e Telecomunicações.

Fonte: Autor, 2025



Conforme o Projeto Político-Pedagógico (2018) do IFCE, os cursos ofertados podem ser organizados em regime anual ou semestral, com duração variável entre três a quatro anos letivos. A proposta curricular é estruturada de forma a integrar, de maneira articulada, os componentes da formação geral do ensino médio e os conteúdos específicos da formação técnica, assegurando a presença de ambas as dimensões ao longo de todo o processo formativo. Além de atender as demandas da sociedade considerando as singularidades de cada região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cursos técnicos integrados ao ensino médio têm grande relevância para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), pois ampliam o acesso dos jovens a uma formação profissional de qualidade, articulada à educação básica. Essa modalidade contribui para a qualificação da mão de obra local, fortalecendo a inserção dos estudantes no mundo do trabalho e atendendo às demandas socioeconômicas e singularidades da região.

O IFCE desempenha um papel estratégico no desenvolvimento educacional, social e econômico do estado. Por meio da oferta de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação gratuitos e de qualidade, contribui para a formação de profissionais qualificados, promovendo a inclusão social e o acesso ao conhecimento em diversas regiões do Ceará. Além disso, suas atividades de pesquisa, extensão e inovação tecnológica fortalecem a relação entre a educação e as demandas locais, impulsionando o desenvolvimento sustentável e a valorização das vocações regionais.

A consolidação das políticas públicas de integração na região demonstra potencial para facilitar o acesso à educação, reduzir as desigualdades e promover bem-estar entre os estudantes da Região Metropolitana de Fortaleza.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L.E.V; PACHECO, E.M. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como política pública. *In* ANJOS, M.B; RÔÇAS, G. **As políticas públicas e o papel social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Série Reflexão na Educação. Vol.1. Natal; Ed.IFRN, 2017.

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 1988.



BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** - Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em 04 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394/96, 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso 04 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2008b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 6 jul. 2025.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015**. Institui o Estatuto da Metrópole. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113089.htm. Acesso em 28 jun. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973**. Dispõe sobre a criação das regiões metropolitanas, incluindo a Região Metropolitana de Fortaleza. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 11 jun. 1973. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp14.htm. Acesso em: 28 jun. 2025.

CEARÁ. 2018. **Lei complementar nº 180, de 18 de julho de 2018**. Dispõe sobre o programa de governança interfederativa do Estado do Ceará, denominado “Ceará um Só”. Ceará. 2018. Disponível em <https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/ementario/lc180.htm>. Acesso em 27 jun. 2025.

CIAVATTA, M. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303/6679>. Acesso em: 6 jul. 2025.

GOMES, C.M.; HORTA, N.C. Promoção de Saúde do adolescente em âmbito escolar. **Revista de APS**, Juiz de Fora, v.13, n.4, p. 486-499, 2010

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - IFCE. **Projeto Político Pedagógico Institucional**: Instituto Federal do Ceará, Fortaleza: IFCE, 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Editora Vozes, Petrópolis, 2007.

PACHECO, E. **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

